



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 482, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2008

Dispõe sobre as instruções complementares para confecção e emissão da carteira de identidade funcional.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 94, IX, do Regulamento da Secretaria,

RESOLVE:

Art. 1º Deverão constar na carteira de identidade funcional, no campo "situação funcional", as seguintes nomenclaturas:

I - Analista, Técnico ou Auxiliar Judiciário, incluindo-se as áreas de atividade, nos casos de servidores efetivos do quadro permanente do Superior Tribunal de Justiça;

II - Função/Cargo Comissionado que ocupa no Tribunal, nos casos de servidores cedidos por outros órgãos ou sem vínculo com a Administração Pública;

III - Exercício Provisório;

IV - Oficial de Justiça (Analista Judiciário, Área Judiciária - Execução de Mandados);

V - Inspetor de Segurança (Analista Judiciário, Área Administrativa - Segurança);

VI - Agente de Segurança (Técnico Judiciário, Área Administrativa - Segurança);

VII - Aposentado.

Art. 2º Cabe ao servidor zelar pelo uso e guarda da carteira funcional, sujeitando-se, nos casos de descaracterização ou má utilização, às sanções previstas em lei.

§ 1º Em caso de roubo, furto ou extravio, o servidor fica obrigado a apresentar o registro de ocorrência policial à unidade de gestão de pessoas.

§ 2º Para emissão de nova via, na eventualidade de extravio ou dano, será cobrado o valor correspondente a um por cento do menor vencimento de cargo efetivo do Tribunal, mediante desconto em folha de pagamento.

Art. 3º Após afastamento definitivo de titular de cargo efetivo ou de função/cargo comissionado, a carteira funcional deverá ser devolvida à unidade de gestão de pessoas.

Art. 4º Compete à unidade de gestão de pessoas promover a confecção, emissão, registro, substituição, recolhimento e cancelamento do documento de identificação funcional.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral.

Art. 6º Revoga-se a Portaria DG nº 192, de 5 de dezembro de 2006.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ATHAYDE FONTOURA FILHO